



Independent member
Morison Global

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DO
AUDITOR INDEPENDENTE**

**SOCIEDADE BENEFICENTE
SÃO CAMILO
Mantenedora do
HOSPITAL REGIONAL DO
VALE PARAÍBA**



São Paulo, 31 de março de 2023.

À
SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO
Mantenedora do
HOSPITAL REGIONAL DO VALE PARAÍBA
Taubaté - SP

Prezados Senhores

Pela presente, estamos encaminhando aos cuidados de V.Sas. as Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022 do **HOSPITAL REGIONAL DO VALE PARAÍBA**, preparadas pela administração, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente.

Colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento adicional necessário, subscrevendo-nos.

Atenciosamente,

MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES



SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO
Mantenedora do
HOSPITAL REGIONAL DO VALE PARAÍBA

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro 2022 e 2021
Acompanhadas do Relatório do Auditor Independente

Índice

	Páginas
Relatório do Auditor Independente	2
Demonstrações Financeiras	
Balanço Patrimonial Ativo e Passivo	5
Demonstração do Resultado	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa	8
Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras	9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da
SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO
mantenedora do
HOSPITAL REGIONAL DO VALE PARAÍBA
Taubaté – SP

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras da **SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO** referente ao convênio para gestão do **HOSPITAL REGIONAL DO VALE PARAÍBA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa correspondentes ao exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO** referente ao convênio para gestão do **HOSPITAL REGIONAL DO VALE PARAÍBA** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas (NBCTG 1000), e a entidades sem fins lucrativos (ITG 2002).

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

ÊNFASE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme mencionado na nota explicativa nº 15, a **SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO** possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde – CEBAS, mas o processo de renovação do CEBAS está em curso no Ministério da Saúde, com nº 25000.203986/2018-36 e nº 25000.175559/2021-56. As demonstrações financeiras não refletem nenhum ajuste exigido caso não seja renovado referido certificado. Nossa opinião não contém ressalva em decorrência desse assunto.

OUTROS ASSUNTOS

Leitura das demonstrações financeiras

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, o **HOSPITAL REGIONAL DO VALE PARAÍBA** não possui personalidade jurídica própria, visto que a **SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO** é a responsável pela operacionalização, administração e execução das atividades e dos serviços de saúde da entidade. Estas demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Sociedade Beneficente São Camilo.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade e do contrato de gestão continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 31 de janeiro de 2023.

MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES



HOSPITAL REGIONAL DO VALE DO PARAÍBA (Convênio entre a Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo e a Sociedade Beneficente São Camilo) CNPJ/MF: 60.975.737/0072-45 BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em Reais)							
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Circulante	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	2.2 (a) /3	17.368.755,05	10.504.594,07	Fornecedores	2.2 (c) /8	11.314.563,46	10.265.652,04
Contas a Receber de Convênios e SUS	2.2 (c) /4	27.603.212,12	27.531.428,46	Obrigações trabalhistas	2.2 (c) /9	11.318.229,14	10.086.731,47
Direitos a Faturar (CPC 47)	2.2 (c) /4	4.683.771,72	7.174.064,32	Obrigações sociais	2.2 (c) /10	1.066.593,21	898.457,86
Outros Créditos	2.2 (c) /5	602.057,84	498.306,40	Obrigações fiscais	2.2 (c) /11	1.303.831,45	1.005.156,91
Estoques	2.2 (b) /6	5.478.054,17	5.298.508,60	Outras obrigações	2.2 (c) /12	10.877.980,38	8.714.115,39
Despesas Antecipadas	2.2 (c)	6.236,69	5.639,82				
Total do Ativo Circulante		55.742.087,59	51.012.541,67	Total do Passivo Circulante		35.881.197,64	30.970.113,67
Ativo Não Circulante				Passivo Não Circulante			
Contas a Receber	2.2 (c) /4	604.082,48	261.331,61	Contas a Pagar		15.497,40	15.497,40
Depósitos judiciais	2.2 (c) /4	1.738.648,87	1.431.410,84	Provisões para demandas judiciais	13	9.235.933,53	8.833.190,12
Imobilizado + Intangível				Total do Passivo Não Circulante		9.251.430,93	8.848.687,52
Imobilizado - Gestão Pública	2.2 (e) /7	72.625.137,45	65.123.552,18				
(-) Depreciação Acumulada	2.2 (e) /7	(47.610.067,84)	(44.598.553,55)	Patrimônio Líquido			
Intangível - Gestão Pública	2.2 (e) /7	1.264.008,70	1.248.837,70	Patrimônio Social	2.2 (g)	33.640.477,25	24.654.640,41
(-) Amortização Acumulada	2.2 (e) /7	(1.112.425,99)	(1.019.842,01)	Resultado do Exercício	2.2 (f)	4.564.186,44	8.985.836,84
Imobilizações em andamento	2.2 (e) /7	85.821,00	0,00	Total do Patrimônio Líquido		38.204.663,69	33.640.477,25
Total do Ativo Não Circulante		27.595.204,67	22.446.736,77	Total do Passivo + Patrimônio Líquido		83.337.292,26	73.459.278,44
Total do Ativo		83.337.292,26	73.459.278,44				

As notas explicativas fazem parte destas demonstrações financeiras

HOSPITAL REGIONAL DO VALE DO PARAÍBA (Convênio entre a Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo e a Sociedade Beneficente São Camilo) CNPJ/MF: 60.975.737/0072-45 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em Reais)			
Receitas - Saúde	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receitas Operacionais			
Receitas - Convênios/Particulares	17	99.096.093,12	90.665.069,33
(-) Glosas - Convênios/Particulares	17	(3.125.535,22)	(296.603,31)
Receitas Direitos a Faturar (CPC 47)	17	(2.490.292,60)	2.828.154,00
Receitas - SUS		75.144.446,06	70.314.938,24
(-) Glosas - SUS		(3.981.098,37)	(8.399.765,39)
Receitas - Convênio Estadual - Secretaria da Saúde		79.925.198,03	64.740.985,00
Gratuidades			
Custo Gratuidades Concedidas	14	76.261.126,53	66.523.016,63
(-) Isenção Gratuidades Concedidas	14	(76.261.126,53)	(66.523.016,63)
(=) Receita Operacional Líquida	14	244.568.811,02	219.852.777,87
Custos - Saúde			
(-) Custo dos Serviços Prestados		(228.507.694,44)	(198.833.431,57)
(-) Isenções das Contribuições Previdenciárias/Sociais			
Custo das Contribuições Previdenciárias	14	18.677.369,28	16.525.229,31
(-) Isenção das Contribuições Previdenciárias	14	(18.677.369,28)	(16.525.229,31)
Custo COFINS	14	10.421.550,78	9.247.915,47
(-) Isenção COFINS	14	(10.421.550,78)	(9.247.915,47)
Custo CSLL	14	410.776,78	808.725,32
(-) Isenção CSLL	14	(410.776,78)	(808.725,32)
(=) Superávit Bruto		16.061.116,58	21.019.346,30
(+/-) Despesas Administrativas			
Custos com Pessoal		(18.922.971,17)	(16.548.231,87)
Serviços de Terceiros		(557.946,13)	(348.554,17)
Materiais Médicos não Reembolsáveis		(325.347,01)	(255.993,62)
Impostos, Taxas e Contribuições		(6.443,01)	(2.218,16)
Gerais		(3.796.563,91)	(3.325.837,41)
(=) Sub-Total		(7.548.154,65)	538.511,07
(+/-) Outras Receitas e Despesas Operacionais			
Receitas com Doações	17	10.631.962,23	3.315.738,93
Receitas Diversas	17	1.511.898,03	762.561,81
Subvenções	14	2.474.451,29	6.877.050,88
Despesas Diversas		(3.727.995,23)	(2.816.621,20)
(=) Resultado Antes das Receitas / Despesas Financeiras Líquidas		3.342.161,67	8.677.241,49
(+/-) Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas com Saúde			
Receitas Financeiras	17	1.351.647,36	389.757,35
Despesas Financeira		(129.622,59)	(81.162,00)
(=) Subtotal		1.222.024,77	308.595,35
(=) Superávit do Exercício	2.2 (f)	4.564.186,44	8.985.836,84

As notas explicativas anexas fazem parte destas demonstrações financeiras

HOSPITAL REGIONAL DO VALE DO PARAÍBA (Convênio entre a Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo e a Sociedade Beneficente São Camilo) CNPJ/MF: 60.975.737/0072-45			
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (em Reais)			
Descrição	Patrimônio Social	Superávit/ (Déficit) do Exercício	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 31/12/2020	19.674.984,39	4.979.656,02	24.654.640,41
Incorporação do Resultado anterior ao Patrimônio Social	4.979.656,02	(4.979.656,02)	-
Superávit do Exercício	-	8.985.836,84	8.985.836,84
Saldos em 31/12/2021	24.654.640,41	8.985.836,84	33.640.477,25
Incorporação do Resultado anterior ao Patrimônio Social	8.985.836,84	(8.985.836,84)	-
Superávit do Exercício	-	4.564.186,44	4.564.186,44
Saldos em 31/12/2022	33.640.477,25	4.564.186,44	38.204.663,69

As notas explicativas anexas fazem parte destas demonstrações financeiras

HOSPITAL REGIONAL DO VALE DO PARAÍBA (Convênio entre a Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo e a Sociedade Beneficente São Camilo) CNPJ/MF: 60.975.737/0072-45 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (em Reais)		
	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do Exercício	4.564.186,44	8.985.836,84
Ajustes no resultado para conciliar o caixa:		
Depreciação e amortização	3.814.547,21	4.060.076,08
Baixa Líquida de Imobilizado	51.366,25	32.545,94
Constituição de perdas esperadas de créditos	6.658.830,44	700.406,53
Constituição de Provisão para demandas judiciais	387.246,01	3.069.128,46
Resultado ajustado	15.476.176,35	16.847.993,85
Aumento ou Redução de ativos e passivos		
Redução / (Aumento) de Contas a Receber e Outros Créditos	(4.686.823,81)	(16.961.239,50)
Redução / (Aumento) de Estoques	(179.545,57)	(527.324,43)
Redução / (Aumento) de Despesas Antecipadas	(596,87)	959,31
Redução / (Aumento) de Depósitos Judiciais	(307.238,03)	94.241,67
(Redução) / Aumento de Fornecedores	1.048.911,42	1.798.673,96
(Redução) / Aumento de Obrigações Trabalhistas	1.231.497,67	187.091,45
(Redução) / Aumento de Obrigações Sociais	168.135,35	6.610,96
(Redução) / Aumento de Obrigações Fiscais	298.674,54	137.140,47
(Redução) / Aumento de Outras Obrigações	2.179.362,39	1.148.079,29
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	15.228.553,44	2.732.227,03
Atividades de investimentos		
(Aquisição do Ativo Imobilizado)	(8.263.292,46)	(1.165.586,95)
(Aquisição do Ativo Intangível)	(15.279,00)	(48.027,82)
(Imobilizações em andamento)	(85.821,00)	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(8.364.392,46)	(1.213.614,77)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	6.864.160,98	1.518.612,26
Demonstrado como segue:		
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	10.504.594,07	8.985.981,81
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	17.368.755,05	10.504.594,07
Variação de Caixa e equivalentes de caixa	6.864.160,98	1.518.612,26

As notas explicativas anexas fazem parte destas demonstrações financeiras

**HOSPITAL REGIONAL DO VALE PARAÍBA
ADMINISTRADO PELA
SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO**

(Convênio entre a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e a Sociedade Beneficente
São Camilo - SPDOC nº 862257/2020 de 01/07/2020)
C.N.P.J. 60.975.737/0072-45

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em Reais)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO (Matriz)**, mantenedora do **HOSPITAL REGIONAL DO VALE DO PARAÍBA (filial)**, é pessoa jurídica de direito privado, entidade sem fins lucrativos, reconhecida como instituição filantrópica, com sede e foro jurídico na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, fundada em 17 de julho de 1923 e registrada no Conselho Nacional do Serviço Social, processo nº 23.065/38, em 02 de novembro de 1938.

A **Sociedade Beneficente São Camilo** tem as seguintes finalidades:

- I. Prestar assistência à saúde a quantos buscarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo, opinião política ou qualquer outra condição, prestando serviços gratuitos, permanentes e sem qualquer discriminação de clientela, de acordo com suas possibilidades e o estabelecido na legislação em vigor.
- II. Desenvolver atividades educacionais na área religiosa e da saúde, podendo, para tanto, fundar e manter escolas, faculdades e outros cursos e franqueá-los a quem de direito os procurar; podendo oferecer bolsas de estudo e financiar atividades que visem o preparo de recursos humanos na área da saúde.
- III. Elaborar e editar material didático relacionado com suas finalidades estatutárias;
- IV. Prestar serviços de assistência social ao menor, através de creches e maternais.

Este é um hospital geral voltado para a média e alta complexidade, com sede na cidade de Taubaté, tendo como perfil principal o atendimento cirúrgico, contando atualmente com 249 leitos e corpo clínico com 683 médicos cadastrados, o que o torna referência para 39 municípios do Estado de São Paulo.

O Hospital Regional do Vale do Paraíba manteve o convênio SPDOC nº 862257/2020 com prazo de vigência de cinco anos iniciando em 01/07/2020 com aditivos de retificação entre a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e a Sociedade Beneficente São Camilo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis no Brasil, requeridas para o período findo em 31 de dezembro de 2022, que consideram as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei Nº 6.404/76 e alterações posteriores, bem como os entendimentos da NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e NBC ITG 2002 (R1) – Entidades Sem Finalidade de Lucro, emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

As políticas contábeis estabelecidas na nota explicativa nº 2.2 foram aplicadas na preparação das Demonstrações financeiras para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

A demonstração de resultado abrangente não está sendo apresentada devido não haver resultados nestas características.

BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a pequenas e médias empresas e entidades sem fins lucrativos. A elaboração das demonstrações financeiras foi concluída pela administração em 31 de janeiro de 2023.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de estimativas para o reconhecimento de certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Entidade incluem, portanto, estimativas referentes à avaliação de ativos financeiros a valor justo, análise do risco de crédito na determinação das perdas estimadas de créditos, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às referidas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas inicialmente com base no custo histórico.

2.2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem dinheiro em caixa, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras e em contas de caderneta de poupança mantidas em Instituições Financeiras de primeira linha.

As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor.

As aplicações em contas de caderneta de poupança são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado e são resgatáveis sem perda do valor.

b) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição, inferior ou igual ao preço atual de mercado e, em geral, compreendem os materiais na operação da Entidade (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo etc.).

c) Outros Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses.

d) Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos

A Entidade avalia periodicamente o efeito deste procedimento e neste exercício não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem para serem ajustadas a valor presente.

e) Imobilizado e Intangível

Registrados ao custo de aquisição, deduzido de depreciação/amortização acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado por bem.

As taxas de depreciação em uso estão apropriadas, em relação aos níveis de utilização dos ativos.

Ressalte-se que todos os bens móveis adquiridos ou através de doações com verbas de investimentos e verbas de recursos próprios, pertencem ao poder público, "Governo do Estado de São Paulo".

f) Apuração do resultado do exercício

As receitas, custos e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência.

g) **Patrimônio Líquido**

O Grupo Patrimônio Líquido é representado pelo Patrimônio Social acrescido pelos superávits e ou diminuído pelos déficits apurados e incorporados anualmente, após deliberação em Assembleia Geral Ordinária.

h) **Imposto de Renda e Contribuição Social**

O imposto de Renda e a Contribuição Social não são devidos em decorrência da imunidade tributária, por tratar-se de Entidade sem fins lucrativos, amparada nos artigos 150, inciso VI, letra "C" e 195, parágrafo 7º, ambos da Constituição Federal de 1988.

3. **CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	31/12/2022	31/12/2021 reapresentado
Caixa geral – Recurso Próprio - Sem restrição	2.000,00	2.000,00
Contas correntes – Recurso Próprio - Sem restrição	5.389,35	4.894,41
Aplic. financeiras – Recurso Público - Com Restrição	10.755.518,52	8.297.852,35
Aplic. financeiras – Recurso Próprio - Sem Restrição	6.605.847,18	2.199.847,31
	17.368.755,05	10.504.594,07

Os recursos de aplicações financeiras são rentabilizados pelo Fundo de Investimento de Renda Fixa Curto Prazo Automático do Banco do Brasil, que apresentam carteira composta, isolada ou cumulativamente, por títulos públicos federais prefixados ou pós fixados, desde que indexados e/ou sintetizados para CDI/SELIC, ou por operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Os títulos componentes da carteira deverão ter prazo máximo a decorrer de 375 (trezentos e setenta e cinco) dias e o prazo médio da carteira deverá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

Em decorrência de publicação desta Nota Explicativa às Demonstrações financeiras individuais da SBSC-Hospital Regional do Vale do Paraíba de 31 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial Empresarial do Estado de São Paulo, Poder Executivo – Seção I, às páginas 53 e 54 em 12/04/2022, a instituição verificou necessidade de reapresentar as informações de 2021 devido a reclassificação que melhor representa os saldos de caixa e equivalente de caixa, esclarecendo que os valores informados nesta conta não representam alteração do resultado da empresa, portanto onde se lê:

- Aplicações Financeiras – Recurso Público – Com Restrição – 8.330.942,86, apresentado originalmente, leia-se 8.297.852,35, e
- Aplicações Financeiras – Recurso Privado – Sem Restrição – 2.166.756,80, apresentado originalmente, leia-se 2.199.847,31.

4. CRÉDITOS COM PACIENTES E CONVÊNIOS

Ativo Circulante	31/12/2022	31/12/2021
Créditos com Pacientes Particulares	1.051.008,91	880.994,87
Créditos com Pacientes Convênios	24.299.926,16	21.655.846,15
Créditos de Pacientes do SUS	7.276.434,20	5.786.407,44
(-) Perdas Estimadas de Créditos	(5.024.157,15)	(791.820,00)
	27.603.212,12	27.531.428,46
Direitos a Faturar - CPC 47 (a)	4.683.771,72	7.174.064,32
	32.286.983,84	34.705.492,78

Ativo Não Circulante	31/12/2022	31/12/2021
Crédito com Pacientes – Longo Prazo	5.132.822,59	2.363.578,42
(-) Perdas Estimadas de Créditos	(4.528.740,11)	(2.102.246,81)
Subtotal	604.082,48	261.331,61
Depósitos Judiciais	1.738.648,87	1.431.410,84
	2.342.731,35	1.692.742,45

As Perdas Estimadas de Créditos foram avaliadas por vencimento e consideradas suficientes pela administração.

Em 2022, foram reclassificados valores a receber a longo prazo para as contas de Créditos com Pacientes – Longo Prazo, sendo que o valor líquido após deduzidas as Perdas Estimadas de Créditos resulta em R\$ 604.082,48.

(a) Os Direitos a Faturar (CPC 47) se referem à produção em 2022, cujo as contas de pacientes sofrerão o efetivo faturamento na próxima competência.

5. OUTROS CRÉDITOS

Outros Créditos - Circulante	31/12/2022	31/12/2021
Créditos de Funcionários	538.875,83	458.306,40
Outros Créditos	63.182,01	40.000,00
	602.057,84	498.306,40

6. ESTOQUES

Estoques	31/12/2022	31/12/2021
Drogas e Medicamentos	2.554.876,89	2.158.618,54
Materiais de uso paciente	1.717.266,98	2.038.638,76
Gêneros Alimentícios	18.723,76	31.177,50
Produtos de Limpeza	84.111,63	65.126,26
Impressos Mat. de Expediente	42.521,24	22.996,01
Materiais de Laboratório	188.592,73	136.371,83
Materiais Especiais	405.802,32	224.914,11
Outros Materiais	466.158,62	620.665,59
	5.478.054,17	5.298.508,60

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL – GESTÃO PÚBLICA

Imobilizado – Gestão Pública	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022	Taxa de Depreciação
Benfeitorias Imóveis de 3ºs.	29.682.099,89	-	-	29.682.099,89	4% a.a.
Móveis e Máquinas	12.699.313,26	906.101,50	(323.532,58)	13.281.882,18	10% a.a.
Apar. e Instr. de Med. e Cirurgia	18.331.645,22	6.918.343,45	(416.220,16)	24.833.768,51	20% a.a.
Equip. de Proc. Dados	2.165.464,23	259.969,95	(19.499,45)	2.405.934,73	20% a.a.
Equip. de Laboratório	179.666,80	6.389,00	(337,00)	185.718,80	20% a.a.
Instalações	1.255.486,14	-	-	1.255.486,14	10% a.a.
Biblioteca	27.609,38	-	-	27.609,38	10% a.a.
Outras Imobilizações	701.367,26	172.488,56	(2.118,00)	871.737,82	10% a.a.
Veículos	80.900,00	-	-	80.900,00	20% a.a.
Total	65.123.552,18	8.263.292,46	(761.707,19)	72.625.137,45	
(-) Depreciação acumulada	(44.598.553,55)	(3.721.907,42)	710.393,13	(47.610.067,84)	
(=) Imobilizado – líquido	20.524.998,63	4.541.385,04	(51.314,06)	25.015.069,61	

Intangível – Gestão Pública	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022	Taxa de Depreciação
Software	1.248.837,70	15.279,00	(108,00)	1.264.008,70	20% a.a.
(-) Amortização acumulada	(1.019.842,01)	(92.639,79)	55,81	(1.112.425,99)	
(=) Intangível – líquido	228.995,69	(77.360,79)	(104.798,31)	151.582,71	

Imobilizações em andamento	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022	Taxa de Depreciação
Imobilizações em andamento	0,00	85.821,00	0,00	85.821,00	0%
(=) Imobilizações em andamento	0,00	85.821,00	0,00	85.821,00	

8. FORNECEDORES

Fornecedores	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores de Materiais e Medicamentos	3.635.746,83	3.075.683,11
Fornecedores de Serviços Médicos	80.272,83	131.277,42
Fornecedores de Serviços Diversos	426.178,21	430.714,41
Fornecedores de Imobilizado	328.107,04	70.960,89
Fornecedores de Materiais Especiais	4.920.013,14	4.758.448,03
Fornecedores de Materiais Diversos	1.924.245,41	1.798.568,18
Fornecedores	11.314.563,46	10.265.652,04

9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Obrigações – Saúde	31/12/2022	31/12/2021
Ordenados a Pagar	4.258.925,14	3.627.058,90
Provisão de Férias e Encargos	7.059.304,00	6.459.672,57
Obrigações Trabalhistas	11.318.229,14	10.086.731,47

10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

Obrigações – Saúde	31/12/2022	31/12/2021
FGTS a Recolher	663.887,77	567.779,62
INSS a Recolher	390.440,20	311.845,43
INSS a Recolher de Terceiros	11.759,19	18.338,11
Outras Obrigações Sociais	506,05	494,70
Obrigações Sociais	1.066.593,21	898.457,86

11. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Obrigações – Saúde	31/12/2022	31/12/2021
IRRF a Recolher	924.208,37	664.348,95
IRRF a Recolher de Terceiros	68.013,24	60.087,21
PIS/COFINS/CSLL a Recolher	216.732,20	193.752,92
ISS na Fonte a Recolher	94.877,64	86.967,83
Obrigações Fiscais	1.303.831,45	1.005.156,91

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Outras Obrigações – Saúde	31/12/2022	31/12/2021
Honorários Médicos a Pagar	7.047.432,12	6.205.912,83
Contas a Pagar	1.752.467,85	1.895.236,31
Empréstimos a Repassar	19.529,97	46.271,61
Subvenções a Realizar (a)	1.964.545,56	0,00
Outras Obrigações	94.004,88	566.694,64
Outras Obrigações – Circulante	10.877.980,38	8.714.115,39

(a) Em 2022, a Entidade recebeu termos aditivos da Secretaria de Estado da Saúde (SES) que se encontram em aberto na conta de Subvenções a Realizar, conforme segue:

- Termo Aditivo nº 06/2022, no valor de R\$ 600.654,00, visando a transferência de recurso financeiro para investimentos estabelecidos por emenda parlamentar para o hospital. O recurso recebido em 11/11/2022 tem prazo de vigência a partir da data de sua assinatura até o encerramento do Convênio com a SES;
- Termo Aditivo nº 07/2022 no valor de R\$1.356.612,88 visando a transferência de recurso financeiro para execução de adequações estruturais para obtenção de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) do hospital. O recurso recebido em 29/12/2022 tem prazo de vigência a partir da data de sua assinatura até o encerramento do convênio com a SES.

Os recursos financeiros foram acrescidos de rendimentos sobre aplicações financeiras (R\$7.278,68), conforme o quadro abaixo com saldo a utilizar no exercício seguinte.

Termo Aditivo	Valor
Repasse T.A. 06/2022	600.654,00
Repasse T.A. 07/2022	1.356.612,88
Rendimentos s/aplicações financeiras	7.278,68
Total	1.964.545,56
Saldo a utilizar no exercício seguinte	1.964.545,56

13. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

A administração do Hospital efetua uma avaliação permanente dos riscos envolvidos nos processos contenciosos que possam surgir no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações disponíveis e nos fatores de riscos presentes em cada processo, com base na opinião dos seus assessores jurídicos. A avaliação e classificação entre perda provável, possível e remota, efetuada a partir desse trabalho, determinam os casos passíveis de constituição de provisão de acordo com os critérios determinados pela administração, incluindo bases históricas.

Para fins de divulgação, os riscos de perda provável e possível correspondem a:

Parecer Jurídico - Processos Judiciais		
Risco de Perda	R\$	Situação
Risco Provável	9.235.933,53	Registrado
Risco Possível	8.834.825,50	Divulgação

14. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO DAS ENTIDADES DE FINS FILANTRÓPICOS

O Hospital mantém controles que demonstram no exercício de 2022 o cumprimento do percentual de 78,67% de atendimento à pacientes do SUS, medido por paciente-dia, cumprindo o determinado pela Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 7.300, de 14 de setembro de 2010 e Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que dispõe sobre as condições que vinculam a concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS e Portaria nº 834, de 26 de abril de 2016 que dispõem sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE):

Entidade:	SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO			
	SISTEMA AIH/CIHA - 2022			
MÊS	AIH - SUS E GRATUITOS	CIH	TOTAL MENSAL	%SUS
Janeiro	5.027	1.097	6.124	82,09%
Fevereiro	4.649	1.401	6.050	76,84%
Março	5.121	1.346	6.467	79,19%
Abril	5.426	2.019	7.445	72,88%
Maio	5.728	1.514	7.242	79,09%
Junho	5.243	1.427	6.670	78,61%
Julho	7.123	1.467	8.590	82,92%
Agosto	5.859	1.979	7.838	74,75%
Setembro	5.099	1.778	6.877	74,15%
Outubro	5.706	1.445	7.151	79,79%
Novembro	5.659	1.255	6.914	81,85%
Dezembro	5.458	1.191	6.649	82,09%
Total Geral	66.098	17.919	84.017	78,67%

Em atendimento às normas específicas que regem as entidades assistenciais de saúde, a demonstração de resultados reflete também os seguintes dados:

Gratuidades:

Tomando como base os critérios e premissas para cálculo da gratuidade de acordo com as exigências legais, os recursos financeiros do Hospital Regional do Vale do Paraíba no desenvolvimento dos serviços de saúde voltados ao atendimento dos pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS, são destinados à assistência integral à saúde de forma inteiramente gratuita. A aprovação dos cálculos bem como das premissas e quantidades de atendimentos informados utilizados pela Entidade, vincula-se às prestações futuras junto ao CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social.

Considerando os requisitos para obtenção da concessão ou renovação do CEBAS (Lei Complementar nº 187 de 16 de dezembro de 2021), as pessoas jurídicas qualificadas poderão comprovar sua condição de beneficente, para fins de certificação, através da aplicação do percentual de 20% (vinte por cento) da receita efetivamente recebida e/ou o percentual de atendimento ao SUS acima do limite de 60% (sessenta por cento).

Durante o ano de 2022, o montante da gratuidade foi de R\$76.261.126,53 e em 2021 o montante foi de R\$66.523.016,63, sendo respectivamente 29,27% e 28,77% das Receitas totais demonstradas no quadro abaixo:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Receitas com Saúde	251.675.444,61	228.549.146,57
(-) Glosas – SUS / Convênios	(7.106.633,59)	(8.696.368,70)
(=) Receitas Operacionais com Saúde	244.568.811,02	219.852.777,87
(+) Receitas Subvenções e Rendimentos s/Aplic. Financeira	2.474.451,29	6.877.050,88
(+) Doações	10.631.962,23	3.315.738,93
(+) Receitas Financeiras	1.351.647,36	389.757,35
(+) Outras Receitas Operacionais	1.511.898,03	762.561,81
(=) Receita Total	260.538.769,93	231.197.886,84

Isonções das Contribuições Previdenciárias/Sociais: representa o montante das contribuições previdenciárias e tributárias apuradas no exercício, que não foram pagas devido ao usufruto da isenção a que fazem jus as entidades filantrópicas, conforme a Lei nº 12.101 de 27/11/2009, Decretos nº 7.237/2010 de 20/07/2010 e nº 7.300/2010 de 14/09/2010, estando assim compostas:

Isonções Usufruídas	31/12/2022	31/12/2021
INSS – Quota Patronal	18.677.369,28	16.525.229,31
COFINS	10.421.550,78	9.247.915,47
CSLL	410.776,78	808.725,32
Total	29.509.696,84	26.581.870,10

15. CERTIFICADO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Entidade é portadora do Certificado Beneficente de Assistência Social na área da saúde – CEBAS/Saúde, concedido pelo Ministério da Saúde conforme Portaria MS nº 622, de 05 de julho de 2012.

Para o triênio iniciado em 01/01/2016, o certificado foi deferido de acordo com SEI nº 25000.178642/2015-39 e Portaria SAES/MS nº 898, de 17/09/2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 22/09/2020, com validade de 01/01/2016 a 31/12/2018.

Em 27/11/2018, foi protocolado tempestivamente, o requerimento de renovação, conforme SEI nº 25000.203986/2018-36, o qual se encontra em análise para o período de 01/01/2019 a 31/12/2021, bem como, há outro processo de renovação em curso, registrado pelo SEI nº 25000.175559/2021-56, protocolado tempestivamente em 30/11/2021, referente ao período de 01/01/2022 a 31/12/2024, aguardando decisão final do processo anterior.

Até o encerramento dessas demonstrações financeiras, como os pedidos de renovações não foram concluídos, a Entidade está amparada no disposto no §2º, do art. 37, da Lei Complementar nº 187/2021, que estabelece: ***“A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado”.***

16. RECEITAS COM SUBVENÇÕES – TERMOS ADITIVOS / PORTARIAS

Em 2022, a Entidade recebeu diferentes subvenções que são segregadas em dois tipos de documentação: **a)** termo aditivo da Secretaria de Estado da Saúde do Estado de São Paulo e, **b)** Portarias Federais, conforme apresentado a seguir:

16.1 - Subvenção - Termo Aditivo de Investimentos nº 04/2022

A Entidade recebeu o Termo Aditivo nº 04/2022 no valor de R\$ 44.446,00 visando a transferência de recurso financeiro para ampliação no atendimento de pacientes oncológicos no HOSPITAL REGIONAL DO VALE DO PARAÍBA em parceria com o Ambulatório Médico de Especialidades – AME Taubaté, a partir de junho/2022. O recurso, recebido em 11/07/2022, foi acrescido aos rendimentos sobre aplicações financeiras (R\$306,90), totalizando R\$44.752,90, sendo que a aplicação dos recursos foi integral, conforme quadro a seguir:

Termo Aditivo	Valor
Repasse T.A. 04/2022	44.446,00
Rendimentos s/aplicações financeiras	306,90
Total	44.752,90
Aplicação dos Recursos em 2022	Valor
Equipamentos de Proc. Dados	(20.798,00)
Máquinas e outros	(22.356,90)
Software	(1.598,00)
Total	(44.752,90)
Saldo a utilizar no exercício seguinte	0,00

16.2 - Subvenções - Portarias Federais em 2022

No exercício de 2022 a Entidade recebeu as seguintes portarias do Ministério da Saúde no montante de R\$2.380.500,00, conforme segue:

- Portaria GM/MS nº 177, de 31/01/2022: Estabelece a transferência de recurso financeiro a Estados, Distrito Federal e Municípios para o enfrentamento das demandas assistenciais geradas pela emergência de saúde pública de importância internacional causada pelo novo Coronavírus. Valor recebido em 10/03/2022 – R\$19.500,00;
- Portaria GM/MS nº 679, de 30/03/2022: Estabelece a transferência de recurso financeiro a Estados, Distrito Federal e Municípios para o enfrentamento das demandas assistenciais geradas pela emergência de saúde pública de importância internacional causada pelo novo Coronavírus. Valor recebido em 24/05/2022 – R\$9.000,00;
- Portaria GM/MS nº 2.336, de 14/09/2021: Libera, em caráter excepcional, a transferência de recurso financeiro para custeio de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Tipo II Adulto e Pediátrico dos Estados e Municípios, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19. Valor recebido em 01/06/2022 – R\$1.152.000,00;
- Portaria GM/MS nº 2.730, de 14/10/2021: Libera, em caráter excepcional, a transferência de recurso financeiro para custeio de leitos das Unidades de Terapia Intensiva - UTI Tipo II Adulto e Pediátrico, dos Estados e Municípios, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19. Valor recebido em 01/06/2022 – R\$480.000,00;
- Portaria GM/MS nº 3.082, de 09/11/2021 e Portaria GM/MS nº 3.202, de 18/11/2021: Libera, em caráter excepcional, a transferência de recurso financeiro para custeio de leitos das Unidades de Terapia Intensiva - UTI Tipo II Adulto e Pediátrico e leitos das Unidades de Terapia Intensiva - UTI Tipo II Adulto e Pediátrico (Convertidos), para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19. Valor recebido em 01/06/2022 – R\$240.000,00;

- Portaria GM/MS nº 3.340, de 01/12/2021: Libera, em caráter excepcional, a transferência de recurso financeiro para custeio de leitos das Unidades de Terapia Intensiva - UTI Tipo II Adulto e Pediátrico e leitos das Unidades de Terapia Intensiva - UTI Tipo II Adulto e Pediátrico (Convertidos), para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19. Valor recebido em 01/06/2022 – R\$240.000,00;
- Portaria GM/MS nº 3.374, de 03/12/2021: Libera, em caráter excepcional, a transferência de recurso financeiro para custeio de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Tipo II Adulto, Pediátrico e Convertidos, de Estados e Municípios, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19. Valor recebido em 01/06/2022 – R\$240.000,00.

Os repasses recebidos foram acrescentados aos saldos remanescentes do exercício anterior e devidos rendimentos de aplicações financeiras, sendo que a aplicação dos recursos foi integral, conforme quadro a seguir:

(=)	Saldos do exercício anterior		1.478.146,37
(+)	Repasses 2022 conforme Portarias Covid 19	2.380.500,00	2.429.698,39
(+)	Rendimentos s/Aplicações Financeiras	49.198,39	
(=)	Total		3.907.844,76
(-)	Aplicação dos Recursos em Serviços Assistenciais e Insumos		(3.907.844,76)
(=)	Saldos a utilizar no exercício seguinte		0,00

17. RECEITAS OPERACIONAIS

O Hospital Regional do Vale do Paraíba demonstra e apresenta para a Secretaria de Estado da Saúde o Relatório trimestral sobre a posição contabilizada das receitas procedentes de serviços, alheios ao presente instrumento:

17 RECEITAS OPERACIONAIS 2022 (Receitas Alheias)													
ANO 2022	1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre			TOTAL
MESES	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
DEMAIS RECEITAS	5.498.136,66	8.682.769,82	6.452.621,90	8.922.341,38	7.518.802,79	10.088.582,50	9.233.633,04	10.572.059,51	7.423.613,56	8.403.016,50	7.515.386,47	13.801.263,40	104.112.227,53
Particulares	41.142,27	358.766,07	93.240,07	54.277,83	152.375,69	55.598,25	93.659,27	134.199,46	149.612,90	500.888,97	135.100,46	138.008,94	1.906.870,18
Convênios Privados (-) Glosas (+) Direitos a Faturar (CPC 47)	5.011.434,00	8.144.350,94	6.194.793,63	8.851.377,99	6.783.213,71	8.892.208,63	8.691.344,28	10.433.563,80	7.099.687,36	7.399.048,71	7.335.120,89	6.737.251,18	91.573.395,12
Doações Mat. Med. Imob.	445.560,39	179.652,81	164.588,20	16.685,56	583.213,39	1.140.775,62	448.629,49	4.296,25	174.313,30	503.078,82	45.165,12	6.926.003,28	10.631.962,23
RECEITAS DIVERSAS	44.572,19	66.389,87	43.575,63	49.288,61	50.723,36	59.207,73	47.345,31	72.939,31	69.052,57	118.173,40	110.390,23	780.239,82	1.511.898,03
Ganhos de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	159,40	38.381,62	1.183,64	10.915,49	50.640,15
Recuperações Diversas	22.461,82	32.668,13	18.439,48	20.981,66	28.658,26	25.236,33	32.105,71	28.196,90	23.674,41	32.009,78	29.219,84	22.847,73	316.500,05
Outras Receitas Diversas	7.100,47	18.521,99	10.136,15	12.135,97	7.065,10	18.971,40	-17,13	29.742,41	29.903,67	32.782,00	64.250,72	6.788,87	237.381,62
Glosas Recuperadas	9,90	199,75	-	1.170,98	-	-	256,73	-	315,09	-	736,03	724.687,73	727.376,21
Convenio com UNITAU	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	180.000,00
RECEITAS FINANCEIRAS	68.275,24	66.575,16	78.404,10	76.642,13	102.561,94	90.596,60	95.090,39	125.255,17	135.873,12	145.191,44	198.635,82	168.546,25	1.351.647,36
Rendimentos de Aplicações	62.708,28	57.782,00	76.356,45	72.231,05	84.853,43	88.833,01	94.318,13	108.071,88	130.342,08	136.374,18	147.845,55	158.764,26	1.218.480,30
Juros e Correções Mon.	2.939,20	592,14	801,38	438,60	12.959,18	1.115,64	3.246,66	6.489,58	3.654,07	5.103,26	9.938,36	9.372,16	56.650,23
Descontos Obtidos	2.627,76	8.201,02	1.246,27	3.972,48	4.749,33	647,95	-2.474,40	10.693,71	1.876,97	3.714,00	40.851,91	409,83	76.516,83
TOTAL POR MÊS	5.610.984,09	8.815.734,85	6.574.601,63	9.048.272,12	7.672.088,09	10.238.386,83	9.376.068,74	10.770.253,99	7.628.539,25	8.666.381,34	7.824.412,52	14.750.049,47	106.975.772,92
TOTAL POR TRIMESTRE	21.001.320,57			26.958.747,04			27.774.861,98			31.240.843,33			

18. APLICAÇÕES DE RECURSOS

Os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais de conformidade com o seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

19. COBERTURA DE SEGUROS

Para atender medidas preventivas a entidade efetua contratação de seguro em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros.

As premissas de riscos adotadas, dadas sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras. Consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

20. COMPROMISSOS

No encerramento do exercício de 2022 a Entidade não possui outros contratos ou compromissos futuros que requeiram divulgação nas demonstrações financeiras.

